

Artigo

A democracia da participação

O monopólio e a influência dos meios de comunicação são obstáculos para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e participativa. Recente publicação lançada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelou que os países onde os cidadãos participam ativamente da vida política têm mais chances de combater as desigualdades sociais. Em síntese, pode-se dizer que a democracia ajuda a enfrentar a pobreza. Isso é percebido na prática ao olhar para as grandes transformações que o Brasil viveu em sua história.

Uma pessoa só busca seus direitos se souber que eles existem e onde pode reivindicá-los. Ou seja, na prática, não existe participação sem informação. E quanto mais esclarecida for a sociedade, mais qualificada é sua participação na busca por soluções. E aí é que está um dos graves problemas do País: de onde o brasileiro acessa a informação e como a utiliza diariamente. Se queremos reverter a enorme desigualdade social do Brasil, precisamos combater não apenas a concentração de renda, mas também a concentração dos meios de comunicação, o que significa, dentre outras coisas: diversificar as fontes, descentralizar a produção da informação, pautar a sociedade a partir da pluralidade de assuntos que formam uma nação e não apenas daquilo que é prioridade para uma minoria.

Os grandes meios de comunicação do País estão nas mãos de poucas famílias. E se pensarmos que estes grupos concentram não apenas a informação, como também grande parte do poder econômico com forte influência na tomada de decisões que afetam os rumos do País, temos um monopólio de ordem política, econômica, social e cultural imensurável.

Da mesma forma que não há como distribuir a riqueza sem mexer na renda dos mais ricos, descentralizar a comunicação é impossível sem atingir os interesses dos donos das grandes mídias. A construção da democracia a partir da comunicação torna-se então uma disputa desigual, tendo em vista a enorme presença que os meios têm em nossa sociedade.

Para mudarmos esta realidade é imprescindível entender a comunicação como um direito humano tão importante quanto o direito à saúde e à educação. A diferença é que existem políticas públicas que regulam o acesso à educação e saúde de nosso País, mas no caso da comunicação, não há ainda nenhum controle social. Ou seja, a informação e o conteúdo que recebemos diariamente em nossas casas, pela TV, rádio ou jornal, não tem fiscalização, apesar de a Constituição estabelecer que os meios de comunicação devem exercer uma função social.

Ao olhar a grade de programação de uma TV aberta, percebemos que faltam conteúdos que respeitem a pluralidade do povo brasileiro e os aspectos regionais e culturais. Temas importantes, como violência, são tratados de maneira superficial, banalizada ou, na maioria dos casos, apelativa. Os donos das mídias, de acordo com os seus interesses, decidem por nós o que é importante e merece ser discutido pela política e a sociedade, em casa, no trabalho e nos espaços de convivência a partir da TV, do rádio e do jornal. É sob essa forte influência que vai sendo formado o pensamento de milhões de brasileiros.

Paulo Marcelo Freitas – Colaborador da Adital

As demissões nos bancos foram cruéis em 2009



Caixa: sindicalistas definem posicionamento para este ano

No encontro de dirigentes sindicais, convocado pela Contraf-CUT, foram definidas propostas para negociações em 2009 (**pág. 2**)

Coletivo GREDS destaca avanços no meio bancário

Os desafios na busca da igualdade de oportunidades, no mundo do trabalho e no movimento sindical são prioridades na agenda 2010 (**pág. 2**)

BB: plenária aprova premissas para negociações específicas

Dirigentes sindicais do Banco do Brasil aprovam diretrizes para as negociações das mesas temáticas (**pág. 5**)

Projeto da Câmara Municipal limita tempo de espera nos bancos

Aprovado Projeto de Lei limitando o tempo de espera dos clientes em filas de banco, conforme prevê a lei estadual de nº 13.312 (**pág. 6**)

CNFBNB/Contraf-CUT cobra celeridade na assinatura do acordo

Drawlio Joca



Na última reunião da mesa permanente em 2009, a Comissão Nacional questionou o Banco sobre o cumprimento dos compromissos firmados durante a Campanha Salarial, além de maior cobrar celeridade na assinatura do acordo coletivo. De acordo com o Banco, o acordo coletivo espera aprovação do DEST.

A expectativa é de que o acordo seja assinado o mais breve possível. "Não existe razão para esse tratamento diferenciado dos outros bancos", afirmou o coordenador da CNFBNB/Contraf-CUT, Tomaz de Aquino, lembrando que a assinatura era esperada em 2009 (**pág. 4**)

CAIXA: dirigentes sindicais definem propostas para negociações permanentes

O encontro nacional de dirigentes sindicais da Caixa Econômica Federal, convocado pela Contraf-CUT, realizado em São Paulo dia 18/12, definiu o posicionamento e a estratégia dos trabalhadores na mesa de negociações permanentes em 2010, além de um calendário de lutas para mobilizar a categoria e pressionar o banco em relação ao PCC, à isonomia e ao Saúde Caixa. O encontro também aprovou a segunda quinzena de maio como data indicativa para a realização do Conecef.

“É importante que todos os sindicatos se envolvam nesse processo de negociação permanente, fazendo a discussão nos locais de trabalho e mobilizando os bancários, uma vez que a discussão sobre o PCC, que é uma reivindicação histórica dos empregados, já começou de forma atravessada pela Caixa”, afirma Jair Ferreira, coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), órgão da Contraf-CUT.

PCC – Em relação ao PCC, o encontro reafirmou a proposta apresentada pelos trabalhadores à empresa em julho, repudiou os itens do Plano de Funções Gratificadas (PFG) da Caixa que são prejudiciais aos empregados e advertiu que os bancários não aceitarão a imposição unilateral do programa.

A Caixa não tem ainda uma proposta global do que chama de Plano de Funções Gratificadas (PFG), o que o movimento sindical denomina de PCC. Na reunião do dia 2/12, a empresa apresentou apenas as linhas gerais do plano, sem a descrição dos valores da tabela, frustrando as entidades que representam os trabalhadores. Por outro lado a empresa deixou claro que pretende resolver o problema da jornada das funções técnicas reduzindo-a para 6 horas, mas reduzindo também, proporcionalmente, os salários antes da migração para a nova tabela. Outro ponto inaceitável é que a discriminação dos empregados vinculados ao Reg/Replan não saldado ou ao antigo PCS.

A PROPOSTA DE PFG DA CAIXA – O plano da Caixa propõe 15 níveis, com 15% de diferença entre eles, e acaba com as classes de filiais e mercados. Além disso, altera a nomenclatura dos cargos e os agrupa reduzindo de 119 para 56 funções mantendo os quantitativos. Também realinha os cargos hierarquicamente de acordo com a complexidade, a responsabilidade e as atribuições. Os empregados migrarão do PCC para o PFG de maneira automática no cargo correspon-

CALENDÁRIO DE LUTA	
12 DE JANEIRO	– Aniversário da Caixa: Dia Nacional de Luta em defesa do modelo de PCC aprovado pelos empregados.
27 DE JANEIRO	: Dia Nacional de Luta de lançamento da campanha pela isonomia, sob a bandeira “2010, o ano da isonomia”.
PRIMEIRA QUINZENA DE ABRIL	: Encontro Nacional de avaliação da campanha pela isonomia.
SAÚDE CAIXA	: Abaixo-assinado pela criação de estruturas em cada estado para cuidar especificamente do Saúde Caixa e da saúde do trabalhador, desvinculada da Gipes (gerência de pessoal de filial) e subordinada diretamente à Gesad (Gerência Nacional de Saúde).
SEGUNDA QUINZENA DE MAIO	: Indicativo de realização do Conecef.

dente. A Caixa, porém, vincula a implantação do PFG à solução das jornadas da carreira técnica, reduzindo de 8 para 6 horas com redução proporcional do salário. Segundo o acordo aditivo firmado em 2008, a implementação do PFG deveria acontecer, no máximo, no fim deste ano, mas a empresa já projeta que isto pode só ocorrer no 1º trimestre do ano que vem com efeito retroativo até a data da redução da jornada.

O QUE OS SINDICATOS REJEITAM NO PFG – O encontro dos dirigentes sindicais realizado considerou inaceitáveis uma série de itens do plano da Caixa prejudiciais aos trabalhadores, entre os quais: redução de jornada com redução de salário; manutenção de jornada de 8h para funções de gestão e jornada aberta para chefes de unidades; retaliação nas regras de transição (exclusão de quem não saldou o REG/Replan); crescimento horizontal por meio do CTVA e por avaliação de mérito.

O QUE OS SINDICATOS DEFENDEM NO PCC – Os dirigentes sindicais reafirmaram a proposta dos trabalhadores apresentada em julho: jornada de 6 horas para todos os empregados sem diminuição do salário; extinção dos mercados B e C, com adoção dos valores do mercado A, e das filiais 2 e 3, com adoção dos valores das filiais 1; não permitir discriminação em relação aos empregados que permaneceram no REG/Replan não saldado ou no antigo PCS; critérios de comissionamentos e descomissionamentos.

SAÚDE CAIXA – O que consta da cláusula sobre Saúde Caixa do Acordo Coletivo Aditivo não vem sendo cumprido pela Caixa desde 2008, pois o plano apresentou superávit da ordem de R\$ 9 milhões em 2007 e de R\$ 21 milhões em 2008, representando um aporte de 32% e

36%, respectivamente, por parte dos empregados. Pela regra, tem que ser respeitada a proporção 70% (Caixa) x 30% (empregados) no total do custeio das despesas assistenciais. Quando ocorre desequilíbrio, como no caso, tem que ser feito o aporte da diferença no exercício seguinte pela parte que ficou devendo.

O Saúde Caixa apresenta ainda uma série de outros problemas, tais como deficiência no atendimento e falta de estrutura que traz como consequência graves problemas de gestão. Além disso, o contingenciamento inviabilizou o trabalho do Conselho de Usuários. Em relação à falta de estrutura, há uma reivindicação na pauta dos empregados solicitando a criação de uma unidade para atendimento exclusivo do Saúde Caixa e saúde do trabalhador em cada estado. Porém, há rumores de que, segundo o novo modelo de estrutura em estudo pela Caixa, as áreas seriam reduzidas a apenas cinco. Hoje são quinze.

Está prevista, conforme negociado na última campanha, uma negociação com a Caixa, na qual ela deverá apresentar os números revistos de todos os exercícios anteriores, com a reelaboração dos balanços com base em valores reais. Mas essa negociação provavelmente não acontecerá logo no início de 2010, pois a Caixa afirma que o processo de contingenciamento ainda não está totalmente concluído e necessita de mais tempo. Contudo, a reunião do Conselho de Usuários deverá ocorrer em janeiro.

CONECF – O encontro aprovou como indicativo a realização do 26º Conecef na segunda quinzena de maio, proposta que será apresentada ao Comando Nacional dos Bancários. Os detalhes da organização do evento serão divulgados posteriormente.

XXIII FUTSOÇAITE

APCEF-1 e APCEF-2 disputarão título dia 16/1

Foram definidos, no sábado, 18/12, os finalistas da XXIII edição do Campeonato de Futebol Soçaite dos Bancários. Dando prosseguimento a bela campanha que fizeram durante as duas primeiras etapas da competição, APCEF-1 e APCEF-2 ganharam seus jogos nas semifinais e garantiram vaga na decisão do torneio.

Na primeira partida, no entanto, a APCEF-1 quase deixou escapar sua condição de favorita. Diante de um Bradesco bem armado, a equipe teve dificuldades de vencer a defesa adversária e abrir o marcador. Mas faltando apenas um minuto para o fim do jogo, o atleta Gilberto assumiu a responsabilidade e marcou o único gol do confronto, não deixando espaço para uma eventual reação do Bradesco. Resultado: 1 x 0.

Na outra semifinal, a APCEF-2 teve mais tranquilidade. Dez minutos de jogo foram suficientes para que o time garantisse a vitória. Com a contribuição de Régis e Giovani, a equipe logo marcou 3 a 0, confirmando sua participação na final do Campeonato. Nem o gol de Robert do Unibanco perto do fim da partida impediu a comemoração dos atletas da APCEF-2. Resultado: 3 x 1.

As disputas decisivas do Futsoçaite 2009 ocorrerão no sábado, dia 16/1, a partir das 8h30 no Clube da Petrobras, localizado na Praia do Futuro. Enquanto Bradesco e Unibanco lutarão pelo terceiro lugar, APCEF-1 e APCEF-2 buscarão o título. Logo depois dos jogos, uma confraternização acontecerá, ocasião em que serão entregues as premiações.



COLETIVO GREDS

Igualdade de oportunidade para todos é meta para 2010

Os desafios na busca da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na vida, no mundo do trabalho e no movimento sindical são prioridades na agenda dos movimentos sociais no Brasil e no mundo. Pensando nisso, o Coletivo de Gênero, Raça e Diversidade Sexual (GREDS), aliado à estratégia da nossa Confederação, a Contraf/CUT, que articula a Comissão Nacional de Gênero, Raça e Orientação Sexual (CGROS), tem atuado no sentido de aglutinar bancários e sociedade em torno destes temas, reafirmando o compromisso de tratar as questões da misoginia, da homofobia e do racismo de forma articulada, no âmbito dos direitos humanos.

Nessa direção é importante destacar que houve um avanço considerável no meio bancário, com a publicação do Mapa da Diversidade nos Bancos, pesquisa nacional que evidencia as desigualdades enfrentadas pelas bancárias, especialmente, as negras e pessoas com deficiência física.

Pensando nisso é que o Coletivo reafirmou na sua última reunião de planejamento, realizada no dia 21/11, permanecer com o tema do Meio Ambiente como seu principal eixo temático, todavia, ampliando o foco de ação, passando a intervir de forma mais contundente na questão do assédio moral, tudo isso com o intuito de combater a discriminação, pois melhores condições de vida não podem se resumir a melhores salários, mas também a um ambiente saudável para os trabalhadores.

Em 2009, para nos ajudar a refletir sobre o tema “Gênero e Meio Ambiente”, realizamos uma semana de mobilização nas agências bancárias e na Rádio Bancários, movimento cuja culminância se deu na atividade reflexiva-vivencial, acontecida em 6 de março, no SEEB/CE, com a professora Luana Mourão, psicóloga do Centro de Desenvolvimento Humano (CDH). Na ocasião, foram distribuídas bolsas retornáveis feitas de tecido de algodão cru, por grupos de mulheres engajadas na economia solidária, gerando trabalho decente e renda para mulheres de diversas comunidades de Fortaleza.

Para o próximo período, a nossa expectativa é dar continuidade às ações na área da coleta seletiva do lixo, com ênfase no lixo eletrônico e digital, redução no uso de descartáveis e formações sobre consumo consciente, incluindo o tema do desenvolvimento sustentável na agenda sindical. Para tanto, pretendemos captar recursos através de parcerias com órgãos e entidades do setor público e privado para contribuirmos de forma mais efetiva com essa luta tão importante para a preservação da vida do planeta.

Façamos a nossa parte na luta por “amar e mudar as coisas”, afirmando nossas bandeiras por um desenvolvimento sustentável e solidário, com distribuição de renda e valorização do trabalho, com equidade e efetiva participação da sociedade, contemplando todos os olhares, saberes e anseios para um outro mundo possível.

TRIBUNA BANCÁRIA

Home Page: www.bancariosce.org.br
Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br
Telefone geral: (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: impressa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Fax: (85) 3253 3996
Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra – Diretor de Imprensa: Tomaz de Aquino

Jornalista Resp: Lucia Estrela CE00580JP – Repórter: Sandra Jacinto CE01683JP

Estagiários: Camila Queiroz e Darlano Dídimo – Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG

Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 11.500 exemplares



VIVÊNCIA MUSICAL

Coral do SEEB/CE canta e encanta em eventos locais e nacionais

O Coral do Sindicato dos Bancários do Ceará, criado no dia 20/9/2008, por meio de uma atividade chamada Vivência Musical, cantou e encantou em 2009, em várias atividades dentro das agências bancárias da Capital e em diversos eventos. O Coral é uma iniciativa do Coletivo de Gênero, Raça e Diversidade do SEEB/CE, e tem como objetivo estimular a participação dos bancários (da ativa, aposentados, funcionários e seus dependentes), fortalecendo cada vez mais a imagem da entidade, construtora das lutas da categoria. Os ensaios do Coral acontecem às terças e quintas-feiras, às 19 horas, na sede do Sindicato.

O Coral é regido pelo maestro Rogério Jales, que destaca que o objetivo do Coral não é apenas cantar, mas trabalhar a relação entre as pessoas. “Como os bancários trabalham, durante todo o dia, fazendo movimentos repetitivos, estressantes, o Coral é um momento não só de cantar, mas de melhorar física e mentalmente, através dos exercícios de expressão corporal e da convivência com outras pessoas”, explica.

Para 2010, Rogério Jales adianta um dos projetos do Coral: o primeiro show, com música, poesia, movimentos diversos, teatro e artes plásticas. “A gente quer quebrar essa ideia de que

Coral é uma coisa chata, é só cantar e pronto”, declara.

O Coral do SEEB/CE participou dos seguintes eventos este ano: Natal de Luz – Praça do Ferreira; Circuito Natalino da Secretaria de Cultura do Estado (SECULT/CE); Festa do Trabalhador (1º de Maio) promovida pela CUT/CE – Praça do Ferreira; IV Encontro de Corais de SINTUFC – Teatro José de Alencar; XI Congresso Estadual da CUT – Beberibe/CE; Seminário Gênero, Raça e Mídia (promovido pela Rede Mulher e Democracia, Elo Feminista e Instituto Negra do Ceará) – Câmara Fortaleza; e VII ENCONAT – Encontro Nacional de Coros em Natal.

CUT

2009 foi ano de intensas mobilizações da classe trabalhadora

O ano de 2009 iniciou sob a pressão da crise financeira internacional, a crise do capitalismo construída na liberalização financeira e comercial neoliberal, pela implementação em vários países do mundo, inclusive no Brasil com FHC/PSDB/DEM, das políticas neoliberais do Consenso de Washington. A militância cutista saiu às ruas para dizer: “os trabalhadores não vão pagar pela crise”.

Contra o processo de diminuição dos investimentos da iniciativa privada, o aumento das demissões e as propostas patronais, com a Fiesp à frente, de reduzir direitos e salários, a CUT atuou no sentido de pressionar os governos federal, estaduais e municipais, para ampliar o orçamento das políticas públicas, os investimentos em infraestrutura, a exemplo do PAC, como também exigir que os empréstimos públicos à iniciativa privada fossem obrigatoriamente acompanhados de contrapartidas sociais com manutenção de empregos e direitos, além do cumprimento dos acordos firmados com as entidades dos servidores públicos.

Recusou qualquer debate oportunista que, a pretexto da crise, buscasse ampliar os lucros e envolvesse retirada de direitos, como a suspensão do contrato de trabalho e a redução de salários. Demonstrou que a saída para crise é o crescimento econômico com valorização do trabalho, distribuição de renda, inclusão social e participação popular.

A 6ª Marcha da Classe Trabalhadora, realizada em 11/11, reforçou o protagonismo da militância cutista: dos 50 mil manifestantes, mais de 30 mil eram cutistas. Definiu seis eixos unificados com as demais Centrais Sindicais: exigir que o Congresso aprove o PL 01/07, que efetiva a política de valorização do salário mínimo; novo marco regulatório para o petróleo, que garanta soberania nacional sobre a exploração e o seu uso, destinando-os a políticas públicas de combate às desigualdades sociais e regionais; atualização dos índices de produtividade da terra e aprovação da PEC 438/01 contra o trabalho escravo; ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT; aprovação do PL sobre a regulamentação da terceirização e

combate à precarização nas relações de trabalho e, principalmente, redução da jornada sem redução do salário. Após o ato conjunto de encerramento, em frente ao Congresso Nacional, a CUT organizou um grande protesto em frente ao STF contra o interdito proibitório.

Foi também uma iniciativa vitoriosa o acampamento realizado nos dias 9 e 10/11, antecedendo a Marcha, e que viabilizou a realização de panfletagens, pressão aos parlamentares no aeroporto e ato público em frente à CNI, sobre o FAP – fator acidentário previdenciário.

PLATAFORMA – O ano de 2010 será um momento de intensa disputa de projetos. As implicações da crise mundial no mundo do trabalho impôs a tarefa de “enfrentar a crise ampliando a luta de classe e organizando a transição para um novo modelo de desenvolvimento, e o desafio de buscar alternativas para sua superação na consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, soberano e democrático.

DEMONSTRATIVO

Tarifas cobrem com folga gastos com pessoal dos bancos públicos e privados

Apenas a receita arrecadada pelos bancos com a prestação de serviços, formada principalmente pelas tarifas cobradas dos clientes, cobre com folga as despesas com pagamento de pessoal – pelo menos na maioria deles. É o que mostra levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com base nos demonstrativos financeiros fornecidos pelas instituições financeiras e pelo Banco Central referentes ao primeiro semestre de 2008 e de 2009.

Em alguns bancos, nem mesmo o auge da crise econômica, no começo deste ano, foi capaz de abalar essa matemática perversa. No caso do Santander, líder isolado na pesquisa, embora registrando variação negativa, as receitas auferidas entre janeiro e julho de 2009 cobrem em 151,95% a folha de pagamento, ante 195,28% verificados no mesmo período do ano passado.

O Bradesco vem na sequência, e praticamente manteve os ganhos com serviços: no primeiro semestre de 2008, pagava com essa receita o equivalente a 151,58% da folha; nos seis primeiros meses de 2009, o índice era de 151,54%. Banco da Amazônia, BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e Banestes (Banco do Estado do Espírito Santo) seguem esses bancos privados: o primeiro cobre a folha em 141,50%; o BNB em 130,16% e o Banestes, que obteve crescimento nesse quesito, em 109,46%.

O Banco do Brasil foi o único a registrar variação negativa expressiva entre os bancos analisados pelo Dieese, não conseguindo cobrir a folha de pagamento em 2009. Mesmo assim o número é alto. Houve queda de 119,44% para 96,35% na

participação das receitas sobre os salários do funcionalismo do banco.

Também houve queda no HSBC, mas a empresa conseguiu cobrir as despesas de pessoal com a receita de tarifas – na primeira metade do ano de 2008 o índice foi de 126,78%, caindo para 108,90% no mesmo período de 2009. Ainda teve redução no Itaú Unibanco, que diminuiu de 136,23% para 119,58% na comparação dos dois semestres, mas segue cobrindo a folha de pagamento dos funcionários com essa arrecadação na conta dos clientes.

Entre os grandes bancos, a Caixa Econômica Federal é o único a não cobrir inteiramente as suas despesas de pessoal com essas receitas, apesar de ter registrado aumento de 90,65% para 92,24% de participação delas na folha dos empregados.

TARIFA DE CADASTRO

CHEGA A R\$ 80 – Um estudo feito pelo portal Vida Econômica apontou que instituições financeiras em todo o País cobram uma média de 31 tarifas dos clientes. Considerando a análise feita pelo portal com 11 dessas instituições, o número de cobranças pode ser menor: de apenas 20, como é o caso do Banco do Nordeste, mas chega a 30 tarifas, a exemplo do Citibank.

A cobrança mais alta identificada foi em confecção de cadastro para início de relacionamento, de R\$ 80,00 no Safra. O levantamento foi realizado com o intuito de identificar quais mudanças ocorreram depois da aprovação e entrada em vigor em maio de 2008 da resolução 3.518, que regulamentou a cobrança de tarifas por parte das instituições financeiras.

DESEMPENHO

Bancos públicos superam os privados em lucro e tamanho em 2009

Os bancos públicos federais superaram as instituições privadas nacionais em tamanho e em lucratividade, segundo dados dos balanços referentes ao terceiro trimestre de 2009 organizados pelo Banco Central. Esses resultados foram obtidos, principalmente, pelo bom desempenho do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que recebeu grande aporte de recursos da União para aumentar seus empréstimos durante o período mais agudo da crise.

Também contribuiu para isso a consolidação das aquisições realizadas pelo Banco do Brasil, que comprou a Nossa Caixa e metade do banco Votorantim. Os ativos dessas duas instituições, somados aos da Caixa Econômica Federal, do Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste, chegaram a R\$ 1,39 trilhão no final de setembro. No final daquele mesmo mês, instituições privadas de controle nacional listadas pelo BC possuíam R\$ 1,34 trilhão.

Há três meses, os bancos nacionais privados ainda superavam as instituições públicas em ativos. Não entram nessa conta os bancos privados de controle estrangeiro que atuam no país, como Santander e HSBC, que possuem mais R\$ 685 bilhões.

O levantamento também mostra que o lucro do BNDES ajudou as cinco instituições federais a

registrar, juntas, um ganho maior que os bancos privados nacionais. Enquanto o lucro dos grupos estatais foi de R\$ 5,3 bilhões nesses três meses, os agentes privados nacionais tiveram ganho de R\$ 4,9 bilhões. No final do trimestre passado, antes dessa virada, esses bancos privados acumulavam lucro 75% acima do registrado pelos federais.

POLÍTICA DE GOVERNO – Uma das explicações para essas mudanças é o avanço dos bancos públicos no crédito nos últimos 12 meses. Depois de liderarem o mercado de empréstimos no País por cinco anos seguidos, os bancos privados nacionais e estrangeiros perderam espaço para as instituições estatais, cujos ativos e lucros cresceram com o aumento nos empréstimos.

Desde junho de 2004, os bancos privados vinham puxando a alta do crédito no País e a sua carteira foi se distanciando das instituições públicas. Em setembro de 2008, a diferença entre os dois segmentos chegou a 30%. A partir daí, no entanto, essa distância começou a encolher. Em setembro de 2009, o estoque de financiamentos dos dois segmentos estava praticamente empatado. A expectativa é que, em 2010, a economia brasileira volte a apresentar níveis de crescimento próximos do verificado no período anterior à crise.



ORÇAMENTO

Deputado Guimarães elogiou a preservação dos investimentos do governo para 2010

O Plenário do Congresso aprovou, após intensas negociações entre governo e oposição, o substitutivo do relator-geral do Orçamento, deputado Geraldo Magela (PT-DF), ao projeto de lei orçamentária para 2010. O texto aprovado reduz de 30% para 25% o percentual que o governo poderá remanejar dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sem autorização do Parlamento. Esse remanejamento era sobre o total de recursos do PAC e passa a ser sobre cada obra.

NEGOCIAÇÃO – Na avaliação do deputado José Guimarães (PT-CE), vice-líder do PT na Câmara e coordenador da bancada federal cearense, o governo agiu corretamente ao negociar com a oposição. O parlamentar avalia que as concessões feitas pelo governo não representam um impacto negativo significativo para o País. O governo compreendeu bem a necessidade de negociar. Além disso, as adequações não comprometem os investimentos do PAC. “O importante é que preservamos os principais investimentos do governo nas áreas de saúde, educação e nos programas sociais”, disse Guimarães.

O líder do PT na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), comemorou a aprovação e disse que 2010 será o ano do desenvolvimento. “A aprovação do Orçamento é uma vitória do País. A oposição fez muitas exigências, mas dentro do limite, conseguimos fechar um acordo. Votamos o orçamento e agora vamos trabalhar para o bem do Brasil, com desenvolvimento econômico, distribuição de renda e criação de empregos. 2010 será um ano de recordes de desenvolvimento econômico no Brasil”, concluiu.

OS NÚMEROS DO ORÇAMENTO – Os parlamentares aprovaram um Orçamento de R\$ 1,856 trilhão para 2010, deste total R\$ 596,2 bilhões vão para rolagem da dívida, ficando para as despesas dos três Poderes, do Ministério Público e repasses constitucionais para estados, Distrito Federal e municípios um montante de R\$ 1,260 trilhão. A diferença entre o valor proposto pelo governo e o aprovado pelo Congresso, após as reestimativas de receita, é de R\$ 23,77 bilhões.

“O importante é que preservamos os principais investimentos do governo nas áreas de saúde, educação e nos programas sociais”

INDICADORES PARA 2010 – O Orçamento aprovado prevê um crescimento econômico de 5%; inflação (IPCA) 4,45%; superávit 2,15% do PIB; e a cotação do dólar (dezembro) em R\$1,75.

PRINCIPAIS DESPESAS – O texto garantiu para despesas com pessoal e encargos sociais R\$ 183,75 bi; despesas correntes R\$ 588,92 bi; juros e encargos da dívida R\$ 110,40 bi; amortizações da dívida R\$ 757,16 bi; investimentos diretos R\$ 57,53 bilhões; investimentos

das estatais R\$ 94,40 bilhões e para os Fundos de Participação -transferências constitucionais para estados, Distrito Federal e municípios R\$ 156,3 bilhões.

SALÁRIO MÍNIMO – Ficou assegurado no Orçamento recursos para permitir a elevação do salário mínimo de R\$ 465 para R\$ 510, a partir de janeiro de 2010. O valor representa um reajuste nominal de 9,7%. O presidente Lula ainda precisa editar uma medida provisória, até o final deste mês, fixando o valor do salário mínimo.

INVESTIMENTO PÚBLICO – O parecer final destina R\$ 151,9 bilhões para o investimento público em 2010, o equivalente a 4,6% do PIB projetado pelo governo (R\$ 3,32 trilhões). As estatais responderão por 62% deste total (R\$ 94,4 bilhões, contra R\$ 79,9 bilhões autorizados para este ano). Dentro do orçamento fiscal e da seguridade, o montante de investimentos será de R\$ 57,5 bilhões – contra R\$ 54,5 bilhões permitidos para 2009.

PAC – O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) representa R\$ 29,9 bilhões dos investimentos, contra R\$ 27,9 bilhões autorizados para gastos este ano.

SERVIDOR PÚBLICO – A despesa com servidores públicos (civis e militares, da ativa e inativos) soma R\$ 183,7 bilhões, um crescimento de R\$ 691,6 milhões em relação ao texto original encaminhado em agosto pelo Executivo. Isso se deu, principalmente, porque pela primeira vez, o governo federal conferiu aos aposentados que ganham acima de um salário mínimo um reajuste acima da inflação (6,2% – um aumento real de 2,55%).

IPEA

Pesquisa mostra que 53% dos municípios não têm banco público

Apesar do aumento da concorrência entre bancos oficiais e privados nos últimos anos, 2.968 dos 5.564 municípios brasileiros (ou 53%) não possuem agências de bancos públicos, de acordo com levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Os dados foram incluídos no estudo “Presença do Estado no Brasil: Federação, suas unidades e municipalidades”, apresentado dia 17/12, em São Paulo. No total, 30 milhões de brasileiros em 42% do território nacional não possuem acesso a bancos públicos.

De acordo com Márcio Pochmann, presidente do Ipea, foram levadas em conta unidades do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Nordeste. Juntas, as instituições têm 6.663 agências espalhadas pelo País, cinco mil delas pertencentes ao Banco do Brasil.

O levantamento não levou em conta os chamados correspondentes bancários, como lotéricas e Correios, que prestam apenas alguns tipos de serviços, como o pagamento de

contas e o seguro-desemprego. “(Os correspondentes) não foram computados porque não oferecem toda a gama de serviços que uma agência possui”, disse.

Dos 2.596 municípios que possuem alguma agência de banco público, 63,4% estão nas regiões Sul e Sudeste, que concentram 57% da população. Apenas o Estado de São Paulo tem 1.375 agências, pouco menos que todo o Nordeste, com 1.536 unidades.

O estudo “Presença do Estado no Brasil” é uma compilação de dados feita pelo Ipea com informações de vários órgãos governamentais, entre eles os ministérios, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Banco Central e as agências reguladoras. Foram eleitos nove temas: previdência social, assistência social, saúde, educação, trabalho, bancos públicos, infraestrutura, segurança pública e cultura. Segundo Pochmann, a ideia foi agrupar informações que estavam dispersas em vários lugares para servirem de suporte à formulação de políticas públicas.



MÍDIA

Conferência de Comunicação aprova controle social de rádios e TVs

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação, encerrada dia 17/12, aprovou a proposta da sociedade civil de adoção de mecanismos de controle social da atuação das emissoras de rádio e TV. A proposta prevê a fiscalização do cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas pelas empresas do setor e o respeito a princípios constitucionais, como a exigência de regionalização da programação das emissoras.

As reivindicações da sociedade civil deverão ser encaminhadas ao Congresso na forma de projetos de lei.

JORNALISTAS – A conferência aprovou, por exemplo, o apoio ao projeto de lei em discussão na Câmara Federal que institui uma nova lei de imprensa (PL 3232/92, do Senado). O objetivo é disciplinar a responsabilidade dos meios de comunicação e evitar que questões como o direito de resposta fiquem a cargo da Justiça.

Também foram aprovadas três propostas da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj): a criação de um conselho federal e de um código de ética do jornalismo e a volta da exigência do diploma para os profissionais do setor. Essas sugestões tiveram os votos contrários dos empresários, que apoiam a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) contra o diploma e afirmam que o controle social fere a liberdade de expressão.

Porém, o coordenador-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, jornalista Celso Schröder, disse que o controle social das notícias veiculadas na mídia e outras regras vão garantir “que a incidência sobre o processo de

comunicação seja o menos privada possível”.

A conferência aprovou ainda a sugestão de que os serviços de rádio e TV continuem sendo prestados em regime público, com claros requisitos contratuais e sujeitos à regulação e fiscalização do Poder Público.

DEMOCRACIA – A primeira Confecom contou com a participação de 1.680 delegados, sendo 40% representantes dos movimentos sociais, 40% das entidades empresariais e 20% do Poder Público. O evento se encerrou após quatro dias de discussões, defesas, oposições, questões de ordem e muita proposta. Ao final da votação das propostas, apesar de todos os embates e animosidades entre os segmentos, o clima foi cordial de elogios à disposição de diálogo e à construção de pontes entre setores com visões diferentes. “Todo mundo aprendeu, tinha muito cano entupido, muito bico-papão, muita gente com medo”, afirma João Saad, presidente do grupo Bandeirantes e da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra). “Para mudar profundamente uma coisa, é preciso negociar. Posições radicais não conseguiram levar, o que acho saudável para a democracia brasileira”, sustenta.

Representantes dos movimentos sociais também comemoraram o feito. A maior parte das propostas do setor foram aprovadas, segundo eles. Além do Conselho Nacional de Comunicação, o controle social, internet de banda larga com velocidade suficiente para garantir a comunicação de deficientes auditivos e mais uma lista de mais de 650 propostas.

Bancos fecham 2.076 postos de trabalho entre janeiro e setembro de 2009

Confira o balanço de admitidos e desligados (janeiro a setembro de 2008 / janeiro a setembro de 2009)

Período	Admitidos	Remuneração média (R\$)	Desligados	Remuneração média (R\$)	Saldo	Diferença da Remuneração média (R\$)
Janeiro a setembro de 2008	44.614	1.960,56	30.248	3.224,09	14.366	-39,19%
Janeiro a setembro de 2009	20.727	2.051,80	22.803	3.494,25	-2.076	-41,28%

Fonte: MTE/Caged. Elaboração: Subseção Dieese/Contraf-CUT

Apesar de não terem sido atingidos pela crise e de manterem o ritmo de crescimento de seus lucros, os bancos que operam no Brasil fecharam 2.076 postos de trabalho entre janeiro e setembro de 2009, segundo estudo elaborado pela Contraf-CUT e pelo Dieese. O fechamento dessas vagas ocorreu nos bancos privados, sobretudo em razão das fusões, compensadas em parte pelas admissões nas instituições financeiras públicas.

O estudo, que toma por base dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, mostra ainda que os bancos estão usando a rotatividade para reduzir a média salarial dos trabalhadores e que mantêm a discriminação em relação às mulheres, que estão sendo contratadas com salários inferiores aos dos homens.

As empresas financeiras desligaram 22.803 bancários e contrataram 20.727 nos primeiros nove meses do ano. É uma inversão do que ocorreu no mesmo período do ano passado, quando houve um aumento de 14.366 novas vagas no mesmo período (44.614 contratações e 30.248 afastamentos).

“Os bancos estão na contramão do movimento que a economia brasileira está seguindo. Enquanto

os demais setores econômicos criaram 932 mil novos postos de trabalho de janeiro a setembro com a retomada do crescimento, os bancos, que não sofreram nenhum impacto com a crise, estão fazendo o contrário”, critica Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT.

DEMISSÕES SE CONCENTRAM NOS MAIORES SALÁRIOS – Além da redução do emprego, está havendo também uma diminuição na remuneração média dos trabalhadores do sistema financeiro. Os desligados de janeiro a setembro de 2009 recebiam remuneração média de R\$ 3.494,25. Já os contratados têm remuneração média de R\$ 2.051,80, o que representa uma diferença de 41,28% - quase a metade.

Isso porque os desligamentos foram concentrados nos escalões hierárquicos superiores e as admissões ocorrem principalmente nos cargos iniciais da carreira. Esse movimento intensificou a tendência observada no mesmo período do ano passado, quando a diferença entre os salários médios dos bancários contratados e desligados foi de 39,19%.

DEMITIDOS COM ALTA ESCOLARIDADE – Com relação

à escolaridade, o levantamento revela uma contradição com o discurso amplamente difundido pelas empresas sobre a necessidade e a urgência da crescente escolarização como fator de empregabilidade: a grande maioria dos desligados (59,42%) tem educação superior completa. “As empresas do ramo financeiro têm reduzido custos com fechamento de postos de trabalho e ainda com a alta rotatividade da mão-de-obra, demitindo trabalhadores com salários mais altos e contratando funcionários com remuneração inferior e a pesquisa mostra que as demissões estão atingindo principalmente os trabalhadores com maior escolaridade”, analisa o presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Carlos Eduardo Bezerra.

MULHERES DISCRIMINADAS – Na desagregação por gênero, o levantamento da Contraf-CUT/Dieese mostra que a tendência de os afastamentos se concentrarem nos salários mais altos ocorre tanto com os bancários como com as bancárias. Mas reafirma outras pesquisas de que as mulheres continuam tendo remuneração inferior aos homens no sistema financeiro nacional: 30,21% de diferença entre os admitidos e 32,95% entre os desligados.

BANCO DO BRASIL

Plenária de dirigentes sindicais aprova premissas para mesas temáticas

A plenária nacional dos dirigentes sindicais do Banco do Brasil realizada pela Contraf-CUT no dia 15/12, em São Paulo, aprovou as premissas para as negociações das mesas temáticas que serão instaladas em 2010 (PCCS, previdência e terceirização) e para a retomada das discussões sobre saúde e condições de trabalho. Cento e vinte dirigentes sindicais de todo o País participaram da plenária.

“O debate foi muito rico porque debatemos pontos importantes e definimos os princípios que norteiam nossas reivindicações nas mesas temáticas em 2010”, relatou o presidente do Sindicato dos Bancários e funcionário do BB, Carlos Eduardo Bezerra.

As premissas aprovadas pela plenária dos dirigentes sindicais do BB são as seguintes:

PCCS

- * Eliminar a coexistência de várias categorias de funcionários.
- * Estabelecer um piso salarial digno (com referência no mínimo do Dieese, hoje equivalente a R\$ 2.139,06).
- * Valorizar a antiguidade e a experiência no cargo e na função (interstício no PCS e no PCC).
- * Valorizar o mérito por meio da incorporação do valor das comissões. A cada ano incorporar um percentual da comissão na remuneração do trabalhador.
- * Adotar a jornada de 6 horas para todos, sem redução de salários.
- * Excluir da alçada dos gestores imediatos a decisão sobre comissionamentos e descomissionamentos.
- * Elaborar regras claras de encareiramento e adotar mecanismos para assegurar o seu cumprimento (regras objetivas para seleções internas).
- * Criar regras claras sobre a progressão funcional horizontal (lateral, na mesma função) e vertical, mediante valorização da maturidade e da qualificação profissional.
- * Adotar modelos quantitativos para analisar, avaliar e classificar os cargos comissionados, ou seja, definir os fatores de avaliação de cargos comissionados e classificar os cargos em classes com faixas salariais.
- * Adotar modelo padrão de descrição de cargos com responsabilidades, pré-requisitos, experiência, formação etc.
- * Adotar metodologia quantitativa para estabelecer os VRs.
- * Não criar obrigação de migração de planos.
- * Criar tabela única de PCS.
- * Incorporar anuênio e gratificação semestral.
- * Mobilizar os funcionários com atividades e paralisações nos dias 20 de cada mês e nas datas de rodadas de mesas temáticas.
- * Buscar a isonomia.
- * Instituir políticas afirmativas nos processos de seleção interna.
- * Estabelecer valorização do dirigente sindical no PCCS.

PREVIDÊNCIA

- * Retomar a negociação do superávit verificado no Plano 1 da Previ.
- * Defender a universalidade e igualdade na distribuição dos benefícios do Plano 1.
- * Definir uma forma que permita a mais funcionários retornar ao Plano Futuro com a facilitação do “pagamento da jóia”.
- * Estabelecer a Revisão da Parcela Previ.
- * Discutir o resgate das contribuições do patrocinador.
- * Cobrar que os planos dos bancos incorporados sejam migrados para a administração da Previ.
- * Criar a opção da portabilidade para o Previ Futuro.
- * Reivindicar que os colegas que migraram para a carreira do BB e não possuem plano de previdência possam ingressar diretamente no Previ Futuro.

SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO

- * Exigir a implantação dos Comitês de Ética para combate ao assédio moral.
- * Participar do processo de implantação dos Comitês de Ética.
- * Acompanhar a reimplantação dos SESMT.
- * Retornar o debate do PCMSO e dos exames periódicos.
- * Discutir o ATB (acordo de trabalho) e os modelos de “superação” em mesa temática específica.
- * O banco deve adotar um novo processo de reforma das agências (ex: aluguel de outro local).
- * Privilegiar o processo de prevenção.
- * Verificar os efeitos do GAT (gerenciador de atendimento) no processo de adoecimento dos funcionários de atendimento das agências.
- * Cobrar a revisão/implantação das dotações em todas as agências e debate sobre o BB 2.0.
- * Fazer uma pesquisa nas bases dos sindicatos para denunciar a sobrecarga de trabalho.
- * Cobrar do banco que se verifique a existência de denúncias na ouvidoria antes de efetivar nomeações de administradores.
- * Criar com urgência o convênio de reciprocidade da Cassi para os funcionários egressos do Besc e do BEP, e discutir a possibilidade de adesão à Caixa de Assistência de todos os bancários de bancos incorporados.
- * Debater o papel da Gepes no processo de gestão de pessoas sem avaliar as ações de administradores, especialmente no que tange ao assédio moral e descomissionamento de funcionários por suposto não cumprimento de metas.
- * Criar equipe de apoio do Comitê Ética (psicólogos etc.).
- * Cobrar a revisão dos normativos relativos aos processos administrativos.
- * Denunciar o corte de despesas de treinamento.
- * Cobrar a implantação do Plano Odontológico no prazo acordado.
- * Discutir o processo de retorno ao trabalho de adoecidos e vítimas de assalto e sequestro e exigir a emissão da CAT para todos trabalhadores envolvidos.
- * Denunciar a convivência da Cassi com o BB, nos Estados onde isso ocorre, no que se refere à não emissão das CATs em inúmeros casos de acidentes do trabalho e no diagnóstico de doenças do trabalho (LER, doenças psicossomáticas causadas por assédio moral).
- * Denunciar a situação dos colegas lotados em dependências do interior que não têm rede credenciada e acabam tendo custos adicionais (abono, viagem etc.) para cumprir uma obrigação do banco, que é o exame periódico.
- * Resgatar o Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho, produzido em 2003.

TERCEIRIZAÇÃO

- * “Quem trabalha em banco, bancário é”. Definir o que são serviços de apoio (vigilância, asseio e conservação, telefonia e ascensoria).
- * Debater a instituição de um “fundo garantidor”, nos moldes propostos pelo Ministério do Planejamento, como forma de proteger os trabalhadores no caso de insolvência das empresas.
- * Solicitar ao banco a relação de todas as empresas contratadas para prestação de serviços e a informação sobre em qual área as mesmas atuam.
- * Fim dos correspondentes bancários.
- * Contratar acordo para trabalhadores das coligadas e das controladas e subsidiárias.
- * Ação conjunta dos sindicatos e centrais sindicais para combater a terceirização.
- * Apoiar projeto de lei apresentada pelo deputado Vicentinho no Congresso Nacional que proíbe a terceirização em atividades-fim.

INSEGURANÇA

PF aplica multa recorde de R\$ 6,6 milhões aos bancos por falta de segurança

Mais um recorde foi batido pelos bancos no dia 15/12, durante a 84ª reunião da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), coordenada pela Polícia Federal (PF), em Brasília. Eles foram multados em R\$ 6,625 milhões pelo descumprimento da legislação de segurança, como trabalhar com plano de segurança vencido, ter número insuficiente de vigilantes e usar bancários para fazer transporte irregular de valores. Foi o maior montante de multas já aplicado em reuniões da CCASP nos últimos anos.

O campeão foi o HSBC com R\$ 2,010 milhões, seguido pelo Santander com R\$ 1,338 milhão, Itaú Unibanco com R\$ 1.120 mil e Caixa Econômica Federal com R\$ 782 mil. Dois bancos ainda tiveram seis agências interditadas por falta de plano de segurança: Nossa Caixa (4) e Itaú Unibanco (2).

Foi o último encontro da CCASP em 2009, tendo sido julgados 368 processos envolvendo bancos com

aplicação de multas. Além disso, vários processos acabaram sendo arquivados, enquanto outros foram retirados para vistas e serão apreciados na próxima reunião, a ser realizada em março de 2010.

BANCOS NÃO PRIORIZAM SEGURANÇA – Este é o lado cruel da irresponsabilidade social dos bancos. Essas multas revelam que, apesar dos lucros astronômicos, os bancos seguem agindo com descaso na proteção à vida dos trabalhadores e clientes, descumprindo as leis de segurança e não priorizando investimentos para eliminar riscos e prevenir assaltos. Também foram apreciados 642 processos contra empresas de vigilância, transporte de valores e centros de formação de vigilantes, o que resultou em multas, advertências e cancelamentos de autorização para funcionamento.

O QUE É A CCASP – A CCASP é um fórum tripartite. Conta com representantes do governo e entidades

representativas dos patrões e dos trabalhadores. As reuniões ocorrem, em média, a cada dois meses. São julgados os processos abertos pela fiscalização das delegacias estaduais de segurança privada da PF (Delesp). A Contraf-CUT representa os bancários e atua em conjunto com o Coletivo Nacional de Segurança Bancária, integrado por representantes das federações de todo país, e em parceria com a CNTV.

VEJA OS PRINCIPAIS BANCOS MULTADOS:

HSBC – R\$ 2.010.389
Santander – R\$ 1.338.682
Itaú/Unibanco – R\$ 1.120.004
CEF – R\$ 782.610
Banco do Brasil – R\$ 715.345
Bradesco – R\$ 218.894
BNB – R\$ 150.003
Banrisul – R\$ 70.001
Banco da Amazônia – R\$ 40.001

Comissão Nacional cobra assinatura do Acordo Coletivo e compromissos da Campanha Salarial

Durante a última reunião da mesa permanente realizada em 2009, dia 15/12, a Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB/Contraf-CUT) cobrou do Banco o cumprimento dos compromissos firmados durante a Campanha Salarial, além da assinatura do acordo coletivo.

De acordo com o Banco, o acordo coletivo seguiu para Brasília e agora espera aprovação do DEST. Entretanto, a expectativa é que os trâmites corram rapidamente e que o acordo seja assinado o mais breve possível. “A nossa expectativa era que o acordo coletivo dos funcionários do BNB fosse assinado ainda em 2009. Esperamos que um dia ele seja assinado junto com os demais bancos, pois não existe razão para esse tratamento diferenciado”, afirmou o coordenador da CNFBNB/Contraf-CUT, Tomaz de Aquino.

Quanto aos compromissos da campanha salarial, a superintendente de Desenvolvimento Humano do Banco, Eliane Brasil, afirmou que está envidando esforços para cumprir o acordado. Com relação ao ajuste de 3% no PCR, Eliane informou que o Banco está finalizando parecer jurídico para encaminhar à Diretoria do Banco, Conselho de Administração e depois, para os órgãos controladores do governo federal. Quanto à extensão do benefício da licença-prêmio para àqueles funcionários com direito adquirido até janeiro de 1997, ela informou que o presidente do Banco, Roberto Smith, tem encaminhado pessoalmente tratativas para cumprir esse compromisso.



Drawlio Joca

PLANO CV DA CAPEF – Eliane lembrou que uma reunião em Brasília com a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Banco resultou no fechamento de um acordo para finalização da redação do documento. A expectativa é que a autorização para implantação do plano ocorra nos primeiros meses do próximo ano.

COMPENSAÇÃO DOS DIAS PARADOS – Dia 15/12 foi a data final para a compensação dos dias parados da greve. O Banco tomou conhecimento de apenas nove ocorrências até agora de saldo devedor, todos no Maranhão. Esses e outros que vierem a aparecer serão negociados caso a caso.

CONCURSO – Edital convocando concurso para nível médio e superior em várias carreiras está sendo finalizado. Previsão é que ele seja publicado no início deste ano.

MIGRAÇÃO PARA O PLANO NATURAL DA CAMED – O Grupo de Trabalho que estava analisando o impacto da migração de participantes do Plano Família para o Natural nas contas do Banco já finalizou os estudos. Estes serão apresentados à Diretoria do Banco, que analisará em seguida.

PASSIVO TRABALHISTA – A reivindicação é de que o Banco apresente um calendário de negociação dos passivos. O Ceará propôs uma reunião sobre a ação de equiparação ainda este mês. Já o Sindicato da Bahia agendou reunião para a segunda semana de janeiro de 2010 para tratar de ações em negociação.

PLANO DE FUNÇÃO – O Banco informou que o Plano está em fase final de formatação. A CNFBNB criticou a morosidade e os remendos que vêm sendo feito no plano atual.

COMITÊ DE ASSÉDIO MORAL – O Banco informou que a Super DH teve reunião para definir as formas de trabalhar o comitê e está estudando a melhor estrutura para sua instalação. A CNFBNB se comprometeu também a fazer um estudo quanto ao que existe em outros bancos para agilizar a instalação do Comitê. Proposta da Comissão deve ser apresentada na próxima reunião da mesa específica com o Banco, em janeiro de 2010.

LEI DAS FILAS

Projeto que limita tempo de espera é aprovado

A Câmara Municipal de Fortaleza aprovou, no dia 16/12, um Projeto de Lei, de autoria do vereador Guilherme Sampaio (PT), limitando o tempo de espera dos clientes em filas de banco, conforme prevê a lei estadual nº 13.312. Pela proposta, as agências ficarão obrigadas a disponibilizar aos clientes livros de reclamação onde os usuários do serviço poderão registrar o descumprimento da regra.

A partir dessas anotações, os bancos serão obrigados a enviar, em um prazo de até 72 horas, uma cópia da reclamação ao órgão municipal de defesa do consumidor e outra para o reclamante, além de arquivar os registros recebidos. Ainda conforme a lei, fica o estabelecimento infrator, em caso de descumprimento do estabelecido no artigo 1º desta Lei, sujeito ao pagamento de multa. A pena de multa será aplicada mediante procedimento administrativo a ser

estabelecido em regulamento, observado o contraditório e a ampla defesa. O valor da multa será de 1000 (mil) vezes o valor da Ufirce, ou índice equivalente que venha a substituí-la, dobrado a cada reincidência, respeitado o limite de dez mil vezes o valor da Ufirce.

Os valores arrecadados através da aplicação das penalidades previstas nesta lei serão revertidos para o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos. O consumidor prejudicado poderá apresentar reclamação no órgão competente, a quem competirá a adoção dos procedimentos cabíveis. Vale ressaltar que o cliente não pagará nada pelo registro da queixa e pelos respectivos gastos com o envio para sua residência. O poder público municipal, mediante o órgão competente, poderá definir modelo padrão do Livro e dos cartazes a serem observados pelas agências bancárias.

FUNDO DE PENSÃO

Contraf-CUT cobra retomada das negociações sobre superávit da Previ

A Contraf-CUT enviou ofício à direção do Banco do Brasil para cobrar a retomada das negociações do superávit do Plano 1 da Previ, interrompidas no final de 2008 em decorrência do impacto negativo da crise mundial nos investimentos do fundo de pensão e da edição da Resolução 26 do Conselho Gestor da Previdência Complementar (CGPC).

Os associados não se contentam somente com a suspensão das contribuições, como vem acontecendo há três anos, e reivindicam novas melhorias de benefícios. A prioridade da Contraf-CUT nas negociações será buscar melhorias que contemplem a todos os associados - ativos, aposentados e pensionistas.

Um dos grandes entraves da negociação tem sido a Resolução CGPC 26, que abre a possibilidade de devolver ao banco a metade do superávit do Plano 1. O Sindicato dos Bancários de Brasília mantém liminar judicial que suspende os efeitos daquela resolução. Qualquer solução para utilizar valores

do superávit terá de levar em conta esse normativo legal e o funcionalismo precisa estar atento a esse debate, para, no momento certo, encontrar uma solução para o impasse.

PREVI FUTURO PRECISA DE MELHORIAS – Paralelamente à discussão sobre o superávit do Plano 1, a Contraf-CUT reivindica também o início de negociações envolvendo o Plano Previ Futuro, no qual estão associados os funcionários que entraram no BB a partir de 1998. As principais reivindicações são a redução da Parcela Previ e o resgate das contribuições patronais.

A Parcela Previ (PP) é um parâmetro utilizado para o cálculo dos benefícios de aposentadoria por invalidez e pensão por morte de ativos. O impacto da redução da PP é um aumento nos benefícios de invalidez e pensão, e precisa ser revisto, pois já existem cerca de 250 aposentados e pensionistas recebendo benefícios nesse plano.

TOU TROS TOQUES

Desemprego em queda

A taxa de desemprego recuou para 7,4% em novembro, na terceira queda mensal consecutiva do indicador, segundo o IBGE. Ainda segundo o órgão, a taxa de desemprego de novembro foi a menor de 2009 e a segunda menor da série histórica do instituto, iniciada em março de 2002, superior apenas aos 6,8% registrados em dezembro de 2008.

182 anos de alertas

Os alertas de cientistas sobre o risco de aquecimento anormal do planeta não começaram com os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática. O painel lançou em 2007 o documento que se tornou o consenso científico sobre aquecimento, elaborado por nada menos que 1.200 cientistas independentes. Mas a investigação científica sobre esses processos climáticos começou há mais 180 anos antes do 4º relatório do IPCC. O matemático e físico francês Jean Fourier já havia calculado que a Terra seria muito mais fria se não existisse a atmosfera.

“Todo mundo sabe que a Previdência tem um limite, que a Previdência tem uma arrecadação. A gente não pode pagar o que a gente não tem. Ou você pensa que tem algum brasileiro que gosta mais do trabalhador do que eu?. Agora, não posso fugir do limite do bom senso”

disse Lula, ao falar sobre a proposta do salário mínimo, analisada de acordo com a possibilidade da Receita Federal e da Previdência

Ibama proibido de fiscalizar

Enquanto ambientalistas das ONGs e do governo estavam todos na Dinamarca na Conferência do Clima, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que pode impedir que o Ibama continue fiscalizando o desmatamento. Pela nova regra – que ainda precisa passar pelo Senado –, apenas as secretarias estaduais de meio ambiente podem multar atividades ligadas ao desmatamento, como a fabricação de carvão e as serrarias.

Desoneração continua em 2010

As desonerações recentes anunciadas pelo governo vão continuar em 2010, como a prorrogação por cinco anos da alíquota zero de PIS/Cofins para a venda de computadores no varejo. A desoneração beneficiará projetos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com a suspensão da cobrança do IPI, PIS/Cofins e Imposto de Importação. Em 2010 continuará a prorrogação do IPI reduzido para automóveis e caminhões.

DATA:	RUBRICA:
<input type="checkbox"/> POSTAL EM	<input type="checkbox"/> REINTEGRADO AO SERVIÇO
<input type="checkbox"/> PORTFOLIO DO SINDICO	<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO PRESTADA PELO
<input type="checkbox"/> OUTROS:	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	<input type="checkbox"/> AUSENTE
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO
<input type="checkbox"/> FALCIDO	<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> MUDOU-SE

